

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	5
PREFÁCIO – TERESA ARRUDA ALVIM.....	9
1. INTRODUÇÃO.....	17
2. ACESSO À JUSTIÇA.....	25
2.1 Tutela jurisdicional.....	31
2.1.1 Efetividade e seus obstáculos.....	33
2.2 Razoável duração do processo.....	36
2.2.1 Razoável duração da execução.....	41
2.3 A pacificação social.....	45
3. OS PODERES DO JUIZ.....	49
3.1 Ampliação (e limitação) dos poderes do juiz no processo civil..	57
3.2 Poder dispositivo e inércia da jurisdição.....	63
3.3 Imparcialidade	66
3.4 Fundamentação das decisões judiciais	68
3.5 Classificação dos poderes do juiz	70
3.5.1 Poderes do juiz em sede de execução	71
3.6 Poderes do juiz e medidas executivas nos países europeus	75
3.6.1 Inglaterra	76
3.6.2 Alemanha	82
3.6.3 França.....	88
3.6.4 Portugal.....	95
3.7 Análise crítica diante da realidade forense brasileira	103

4. A EXECUÇÃO.....	113
4.1 Objetivos: satisfação e pacificação social.....	114
4.2 A disciplina em separado da execução do título judicial e do título extrajudicial e a adoção das medidas atípicas	115
4.3 O juiz diante da resistência ao cumprimento das ordens judiciais	120
4.4 A crise da execução	125
4.4.1 O custo econômico da ineficiência da atividade executiva	128
5. MEDIDAS EXECUTIVAS	133
5.1 Considerações iniciais.....	134
5.2 Execução por sub-rogação e execução por coerção.....	137
5.2.1 Execução por sub-rogação	138
5.2.2 Execução por coerção	140
5.3 Medidas executivas típicas	145
5.3.1 Medidas típicas na execução de obrigação pecuniária.....	146
5.3.2 Medidas típicas nas outras modalidades de execução.....	148
5.4 Medidas executivas atípicas	152
5.4.1 Medidas atípicas na execução de prestação pecuniária....	162
5.4.2 Medidas atípicas nas demais modalidades de execução ..	166
5.5 Possibilidade de cumulação de medidas executivas	167
6. O AUTORREGRAMENTO DA VONTADE E AS MEDIDAS EXECUTIVAS	171
6.1 Os negócios jurídicos processuais.....	179
6.2 Negócios jurídicos processuais na execução.....	185
6.2.1 Negócios jurídicos processuais sobre medidas executivas	191
6.2.2 Limites.....	196
6.3 Medidas indutivas atípicas, um caminho a ser explorado	202
6.3.1 Sugestões de medidas indutivas atípicas	208

6.3.1.1	Parcelamento no cumprimento de sentença	209
6.3.1.2	Desconto sobre o valor devido	211
6.3.1.3	Desconto nos honorários advocatícios.....	213
7.	O ARTIGO 139, IV, DO CPC.....	217
7.1	Segurança jurídica e previsibilidade	219
7.2	Discussão sobre a constitucionalidade	221
7.3	A posição do STJ e o Tema Repetitivo 1.137	225
7.4	Limites e requisitos para aplicação das medidas executivas atípicas.....	227
7.4.1	A dignidade da pessoa humana.....	229
7.4.2	Contraditório na aplicação das medidas atípicas.....	234
7.4.3	Fundamentação para aplicação das medidas atípicas.....	244
7.4.4	Proporcionalidade e razoabilidade.....	249
7.4.4.1	Adequação	255
7.4.4.2	Necessidade	256
7.4.4.3	Proporcionalidade em sentido estrito.....	258
7.4.5	Princípio da menor onerosidade.....	260
7.4.6	Inadimplemento voluntário	264
7.4.6.1	O ônus probatório.....	271
7.4.7	Ineficiência das medidas típicas	273
7.4.8	Impossibilidade de adoção de medidas que comprometam o exercício da profissão pelo executado.....	278
7.5	Possibilidade de controle da decisão.....	280
7.6	Fixação das medidas executivas atípicas de ofício	282
7.7	Proposta de <i>lege ferenda</i> : inclusão no diploma processual de parâmetros mínimos para aplicação do artigo 139, IV, do CPC.....	287
8.	ANÁLISE SOBRE ALGUMAS MEDIDAS EXECUTIVAS ATÍPICAS	297
8.1	Medidas descabidas.....	298
8.1.1	A prisão como medida atípica	299
8.1.2	Suspensão do passaporte do executado.....	302

8.1.3	Suspensão de CPF ou CNPJ.....	310
8.1.4	Cancelamento ou suspensão de uso de cartão de crédito...	312
8.1.5	Corte de água e energia elétrica.....	316
8.2	Medidas admissíveis.....	319
8.2.1	Suspensão da Carteira Nacional de Habilitação.....	319
8.2.2	Suspensão de brevê e arrais.....	324
8.2.3	Proibição de contratar com o Poder Público	326
8.2.4	Multa coercitiva atípica.....	329
8.2.5	Intervenção na pessoa jurídica devedora	332
9.	CONCLUSÕES.....	335
10.	REFERÊNCIAS.....	343